

Projeto: pensando e trabalhando em projetos¹

Francisco Antunes Caminati, UNESP/SP

Projeto; Políticas Públicas; Povos Tradicionais

1. Projeto como um problema

O cientista social que trabalha com populações tradicionais no Brasil é invariavelmente chamado a colaborar com a formulação e com a execução de projetos, voltados para atuação nas mais diferentes áreas. Projetos medeiam o diálogo com instituições públicas e privadas; são linguagem e meio para execução de políticas públicas; permitem a captação de recursos; possibilitam a execução de obras de infraestrutura sanitária, de experimentos culturais/sociais, entre outras realizações. Apesar de cada vez mais presente na vida do cientista acadêmico, chegando quase a constituir um pressuposto ou contrapartida necessária para a realização de pesquisa etnográfica, a forma-projeto raramente é objeto do pensamento social.

Em outubro de 2008, no alto do Rio Bagé², no Acre, uma situação em campo, não fazendo pesquisa, mas colaborando em um projeto, me fez refletir de maneira desnaturalizada e estranhada sobre o que são projetos, ou sobre o projeto enquanto forma. Eu viajava pela Reserva Extrativista do Alto do Juruá (REAJ) na condição de colaborador da produção de um filme – ou melhor, como colaborador de um projeto que visava a produção de um filme – e, em meio aos trabalhos do filme, recebi o convite para visitar a aldeia Bom Futuro, localizada na T.I. Jaminawa/Arara do Rio Bagé³. Essa viagem dentro de outra viagem foi agendada para alguns dias adiante. Subiríamos o Rio Bagé saindo da Reserva, entrando na Terra Indígena, voltaríamos no dia seguinte.

Chegamos quase no pôr do sol e gastamos as últimas horas de luz para visitar a aldeia que, instalada muito próxima da beira do rio, já começava a ser desmontada e transferida para

1 Trabalho apresentado na 30a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

2 O Rio Bagé é um afluente do Rio Juruá que nasce na Terra Indígena Jaminawa/Arara do Rio Bagé e que atravessa parte da Reserva Extrativista do Alto Juruá, ambas no Acre.

3 Cf.: <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/3704> . [Todos os links apresentados nesse texto foram acessados em 20 de junho de 2016].

um terreno mais acima para evitar a elevação do nível das águas ocasionada pelo início do tempo das chuvas. Passamos praticamente em todas as casas, aproximadamente uma dúzia. Ficamos o resto da noite na casa do anfitrião, recebendo generosas doses de rapé – um sinal de hospitalidade da parte dele em oferecer ao qual eu deveria retribuir de maneira prestigiosa aceitando o quanto aguentasse. Na manhã seguinte, logo após acordarmos, fizemos um rápido passeio pela mata. Depois, visitamos algumas roças e plantações e a visita se encerrou.

Durante os preparativos para o retorno, meu anfitrião me chamou para uma conversa reservada. Inicialmente, disse que queria que eu fizesse uma avaliação da visita. Não demorou muito para mostrar que possuía outro objetivo. De maneira bastante direta, fez uma proposta cujo desdobramento causou impacto e motiva essa reflexão.

Meu anfitrião perguntou: *vamos fazer um projeto?*

À primeira vista, não há nada de especial no enunciado. Minha reação foi devolver outra pergunta, indagando qual seria o objeto e os objetivos do projeto: *um projeto de/para quê?* Recebi como explicação uma resposta lacônica e que, de certa forma, desdenhava e neutralizava minha questão. Meu interlocutor insistiu: *ora, um projeto*. Com isso, além de não dizer mais nada, parecia demonstrar claramente que minha pergunta não fazia sentido. Afinal, *fazer um projeto*, não é esse o objetivo de todo projeto?

Por um lado, não era difícil entender o que ele queria de fato: estabelecer uma relação de diálogo e de parceria com um aliado externo⁴; constituir um canal para captação de recursos financeiros e para aquisição de meios técnicos; aplicar recursos e meios para a melhoria da qualidade de vida da comunidade de sua aldeia; aumentar seu capital político frente a outros povos indígenas vizinhos e aos poderes municipal e estadual. Por outro, eu não conseguia evitar de pensar que havia ali uma outra percepção e uma outra noção do que são projetos.

Ainda tentando superar a situação de estranhamento, dei alguns exemplos de projetos, como o do filme em que eu estava trabalhando: era um projeto para produzir um filme. Mobilizei outras experiências que sabia que haviam sido realizadas na região, como um projeto de cartografia social que visava traçar e mapear redes de parentesco entre comunidades de seringueiros do Rio Bagé (POSTIGO ET AL. 2006); e outro projeto de

4 Na ocasião eu realizava doutorado e estava vinculado a uma universidade de SP (UNICAMP) e isso constituía um fator determinante a respeito do valor ou do potencial que eu portava enquanto aliado possível.

monitoramento socioambiental realizado na REAJ. Para todos os exemplos, a resposta e a reação eram as mesmas. Ele acenava com a cabeça concordando enquanto eu os descrevia, e dizia: *sim, isso... podemos fazer isso*. Em seguida: *sim, podemos fazer isso também*. Porém, quando, após os exemplos, tentei uma definição para sua proposta: e, então, projeto do quê? A resposta foi, em todas as tentativas, a mesma: *um projeto*.

A partir daí, eu não podia mais desconsiderar a formulação que me causava estranhamento; tampouco podia abandonar o estranhamento. Levando a sério não apenas a formulação, mas o modo como esta era enunciada, deixei de tratá-la como expressão de ignorância, desinformação ou falta de experiência e passei a perceber ali um outro entendimento. Ademais, meu interlocutor estava certo: independente de escopos específicos, projetos ensejam o conjunto de relações e articulam os meios e recursos que ele mencionara, da forma como ele mencionara. Se sua fala parecia não corresponder ao sentido mais óbvio do que são projetos, isso talvez ocorresse por ela o atingir de maneira antecipada, por ela chegar antes. Em seu entendimento, a forma e as relações constituíam o cerne de um projeto. Era isso que o interessava; enquanto os objetivos possíveis eram secundários. Portanto, mais importante do que as aplicações possíveis, ou dos objetivos a serem perseguidos, era constituir uma relação que atuasse, ao mesmo tempo, como interface e plataforma para obtenção de meios e de recursos. Por um lado, acredito que aquilo que chamo de antecipação soava como uma noção deslocada por revelar uma lógica que deve ficar subjacente. Por outro, privilegiava, sem deixar de ser pragmática, a dimensão processual, do projeto como uma relação; ao invés de um conjunto de atividades e de etapas que somente interessa pelos produtos futuros que pode auferir.

Retornando para a colocação Santa Cruz, já dentro do território da REAJ, onde estávamos instalados para a produção do filme, relatei a experiência para o antropólogo Augusto Postigo, que trabalhava há anos ali e coordenava o projeto com o qual eu colaborava. Ele não só concordou com a noção antecipatória que eu acabara de descobrir como a mobilizou para explicar o próprio projeto em que estávamos envolvidos.

O filme que produzíamos tinha como tema o pagamento de uma promessa, a qual consistia em uma viagem de um morador da comunidade da colocação Santa Cruz até a cidade de Canindé, no Ceará. Este homem deveria se deslocar até lá (mais de 3.500 km) e

rezar um terço ao pé da imagem de São Francisco das Chagas. Nosso objetivo era acompanhá-lo em seu deslocamento e filmar a viagem. Pode parecer trivial, mas se tratava de uma promessa de mais de 55 anos, feita pela mãe do pagador em seu benefício, numa atitude desesperada para salvar sua vida quando era ainda um bebê e se encontrava muito doente. Após inúmeras tentativas de cura e de intercessão, nada parecia ser capaz de restabelecer a saúde da criança. Após a promessa, o poderoso pajé Crispim – citado em importante texto de Manuela Carneiro da Cunha (1998) – confirmou que a criança se recuperaria; e insistiu que a promessa deveria, impreterivelmente, ser paga. Em duas semanas, o bebê se recuperou. Décadas depois, podíamos comprovar o feito e estávamos ali mobilizados com seu pagamento.

A promessa não estabelecia como contrapartida somente o terço rezado em Canindé/CE. Estabelecia também que, até o dia em que fosse paga pelo filho, a contratante, Dona Nazaré, deveria realizar anualmente uma festa no dia de São Francisco (04/10), na qual deveria alimentar todos os que até a festa se dirigissem. Foram mais de 50 festas realizadas, sem falha, todo ano. Devido à fé e ao comprometimento demonstrado, tais festas ficaram famosas na região e passaram a atrair cada vez mais pessoas, o que fazia com que, a cada ano, mais recursos precisassem ser empregados para sua realização. Perto de seus 80 anos, Dona Nazaré estava preocupada em não conseguir ver em vida o pagamento da promessa que fez para seu filho. Temia mesmo que ele não conseguisse cumprir o prometido. Ademais, a organização das festas anuais haviam se tornado cada vez mais caras e trabalhosas. Era preciso pagar de vez a promessa.

Sem recursos para viabilizar a viagem, Dona Nazaré decidiu pedir ajuda para Postigo que, devido a sua pesquisa de campo, viajava todo ano ao Rio Bagé. Inicialmente, pediu que Postigo patrocinasse a viagem, pois entendia que ele era rico: morava em São Paulo, era um pesquisador da UNICAMP e viajava para lá todo ano. Se ele viajava para lá todo ano, por que não poderia arrumar uma viagem para seu filho? Infelizmente, suas expectativas não eram muito precisas, pois um bolsista de doutorado nem naquela época, muito menos hoje, pode ser considerado rico ou possui condições financeiras de bancar uma viagem como a solicitada. Apelando ao pesquisador por quem nutria uma bela e sincera amizade, questionou como ele conseguia viajar para lá todo ano sem ser rico. O antropólogo explicou que recebia uma bolsa

de pesquisa, e que essa bolsa possuía uma reserva técnica para viabilizar viagens para a realização dessa pesquisa. Fora isso, algumas das viagens haviam sido viabilizadas por outros projetos e que ele sempre viajava para lá com o objetivo de realizar alguma pesquisa ou alguma tarefa para um desses projetos, e que este também era seu trabalho. Dona Nazaré escutou tudo com atenção e, a partir da explicação, perguntou se, então, não seria possível *fazer um projeto* para levar seu filho até o Canindé/CE.

Demonstrando respeito e comprometimento com a comunidade junto a qual realizava sua pesquisa, o antropólogo acatou o pedido e se comprometeu a formular um projeto para pagar a promessa. Realizar tal *projeto* com o objetivo de produzir um filme foi uma solução contingencial: esse era o “produto” que se mostrava mais atraente e com maior potencial para captação de recursos e de parceiros para sua execução.

Uma equipe de 5 pessoas foi constituída. Os recursos foram obtidos através de doações, alguns patrocínios e complementadas por membros da própria equipe – que viam a ocasião como uma oportunidade para conhecer e trabalhar na Amazônia. A duração entre a estada na REAJ, a viagem a Canindé/CE e o retorno foi de aproximadamente 40 dias. Acumulamos mais de 50 horas de filmagens. A promessa foi paga. O filme nunca foi finalizado. No ano seguinte, em 2009, Dona Nazaré realizou uma última festa, com intenção de agradecimento. Poucos meses depois, faleceu.

Em maio de 2008, portanto, alguns meses antes da ida ao Acre, uma outra viagem a campo também proporcionou uma situação de estranhamento útil para esta reflexão. Da mesma forma, não para realizar pesquisa, mas em virtude da colaboração em um projeto, nesse caso, para a instalação de um Ponto de Cultura na Aldeia Wede'rã, Terra Indígena Pimentel Barbosa/MT, do povo Xavante (A'uwẽ Uptabi). O objetivo deste projeto era instalar uma ilha de edição de imagem e som rodando em software livre que seria adquirida com recursos de convênio estabelecido com o Ministério da Cultura, mediante seleção via edital. Os Xavante já possuíam uma longa experiência de apropriação de tecnologias de produção de imagens, tendo produzido alguns filmes e vídeos sobre seus rituais e sobre seu modo de vida tradicional (LEAL 2012). Também já possuíam bastante experiência em projetos (Cf. LOPES DA SILVA 1999; GRAHAM 2005). Apesar de serem um dos povos indígenas brasileiros há mais tempo atuando nesse campo, todos os vídeos e filmes que haviam realizado foram

editados em ilhas instaladas em São Paulo/SP, no Rio de Janeiro/RJ, em Goiânia/GO ou no Recife/PE. Ou seja, uma das etapas mais importantes do processamento das imagens sempre era feito fora da aldeia. A instalação da ilha de edição era um passo importante, portanto, para a consolidação desse processo de apropriação tecnológica que estava intimamente ligado a uma estratégia de autonomia política que o englobava.

Fui convidado para a reunião inaugural do Ponto de Cultura Apöwë – como o *projeto* foi batizado – pois havia sido indicado como um pessoa que portava o conhecimento técnico necessário para o que queriam e que possuía experiência de trabalho com oficinas realizadas com povos tradicionais. Em um intervalo dos trabalhos que realizávamos, o cacique da aldeia, Paulo Cipassé, que havia escutado com atenção uma fala que fiz em tom de apresentação, procurou-me para uma conversa particular. Perguntou de onde eu era, onde eu fazia Doutorado, o que estudava, quais os locais onde eu havia trabalhado na Amazônia e, por fim, foi ao ponto que lhe interessava. Perguntou: você é antropólogo? A questão não era fortuita, não se tratava de mera curiosidade. Percebi que havia uma certa animosidade, até mesmo uma tensão, na pergunta, no que perguntei de volta qual era o motivo da questão – uma atitude que apenas levantou mais suspeita. Numa tentativa de amenizar a situação, antes que ele respondesse, disse que havia me formado em Antropologia, mas que fazia Doutorado em Sociologia. Como estratégia de sobrevivência, vesti a pele de sociólogo. Apesar de um tanto capenga, tal resposta acabou sendo bem recebida e, a partir daquele instante, fui identificado como um sociólogo que trabalhava com tecnologia – o segundo aspecto era notadamente o que interessava –, e isso estabilizou a interlocução.

Superada essa primeira barreira, retomei a pergunta acerca da razão de seu questionamento. Sem cerimônia, Cipassé respondeu que havia um entendimento local contra a presença e o trabalho de antropólogos na aldeia. Instigado, insisti em entender os motivos dessa recusa à Antropologia. A justificativa baseava-se em uma percepção do esgotamento da chave tradicional da disciplina, que por sua vez remete às suas raízes coloniais e modernas, na qual as pessoas e os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas aparecem e interessam apenas como objeto do conhecimento – cujo sujeito é sempre externo.

Havia uma crítica que talvez fosse mais adequada ao trabalho acadêmico como um todo, devido ao modo como técnicos, cientistas e pesquisadores geralmente estabelecem

relações de colaboração apenas para a coleta de dados, realizando as etapas de processamento e de geração de produtos nos ambientes e instalações universitárias, sempre distantes (geográfica e ontologicamente) das comunidades, sem a preocupação de integrar os interlocutores locais nas etapas posteriores à coleta nem a de gerar algum retorno ou recompensa para a comunidade ou para as pessoas que colaboraram com a pesquisa.

Não era tanto em relação à Antropologia, portanto, que residia o problema, mas no tipo de relação de interlocução e de produção de conhecimento que tradicionalmente havia sido estabelecida⁵. Ao invés de pesquisadores interessados em os estudar, Cipassé afirmava que tinha interesse em estabelecer e em desenvolver *parcerias*. Estava interessado em pesquisadores dispostos a trazer conhecimentos técnicos para aplicá-los em iniciativas que visassem, primordialmente, a resolução de problemas locais e a conquista de metas de interesse da comunidade. Em troca, ofereciam compartilhar aspectos de sua cultura e de suas tradições com intuito de afetar os pesquisadores estrangeiros no modo como vivem e como sentem e percebem o mundo, ou seja, de uma forma subjetiva e não quantificável. Não havia interesse nem espaço para a realização de trabalhos de pesquisa *sobre* os Xavante de Wede'rã, e sim para a realização de pesquisas *para* os Xavante de Wede'rã e, sobretudo, pesquisas realizadas *com* eles. Portanto, não se tratava de bloquear a comunicação e o intercâmbio com o fora, mas de qualificá-los: fazê-los funcionar a favor dos interesses locais ao mesmo tempo que produzindo transformações em seus parceiros.

Após essa primeira viagem, fui convidado a realizar oficinas e a assessorar a instalação da ilha de edição (realizada em 2010). Dessa forma, como colaborador de projeto e como um técnico, passei a frequentar e a trabalhar na aldeia Wede'rã⁶.

Acredito que os exemplos evocados a partir dessas 3 situações permitem reflexões sobre a forma-projeto e o modo como é mobilizado por diferentes populações tradicionais como via para realização de objetivos próprios. Além disso, aparece latente um potencial para o estabelecimento de uma relação mais próxima de uma parceria ou interlocução que a

5 Talvez seja interessante notar, ainda que neste texto não se vá explorar suas implicações, o fato de que o avô de Cipassé foi o anfitrião de David Maybury-Lewis nos anos 1950, quando este realizou a pesquisa de campo que resultou no texto clássico “A Sociedade Xavante”, o qual constitui-se como uma referência para a disciplina em grande parte por seus aspectos metodológicos.

6 Alguns aspectos dessa trajetória, bem como os produtos resultantes dela, podem ser acessados a partir da plataforma Wede'rã LAB: <http://wederalab.blog.br>.

relação estabelecida na chave tradicional do trabalho de pesquisa acadêmica, na qual há uma diferença insuperável de status entre pesquisador e seu conhecimento em relação a seus interlocutores e seus conhecimentos e formas de produzir conhecimento. Há ainda uma outra relação que os exemplos permitem que seja evocada: a relação entre pesquisa de campo e projeto. Como resultado de ambas as viagens, acabei me envolvendo em projetos de implementação tecnológica que, hoje, constituem o campo de minhas pesquisas.

Há uma determinação crucial nessa relação entre pesquisa de campo e projeto, ou de campo informado pela realização de projetos, que remete a uma das práticas mais caras e determinantes da Antropologia: a observação participante (INGOLD 2014). Neste caso, a participação não consiste somente – não que isso seja pouco, que fique claro – na capacidade de inserção, de sintonia e de correspondência com as práticas, as pessoas e o contexto local da pesquisa. A participação passa a ser constituinte do próprio campo e informa a delimitação do objeto da pesquisa. Dessa forma, o pesquisador e suas atividades tornam-se necessariamente parte do problema estudado.

2. Projeto como forma: forma-projeto

Projetos são formulações que visam estabelecer, de maneira coerente e fundamentada, um conjunto de procedimentos com o objetivo de atingir resultados previstos. É preciso apresentar o problema que se quer resolver ou o objetivo que se quer atingir de maneira inequívoca, justificando sua pertinência, legitimidade e exequibilidade. Os responsáveis por sua execução precisam se apresentar como portadores das competências necessárias para executar as tarefas e funções específicas propostas. Geralmente, exige-se conhecimento técnico. Todos os materiais e despesas necessárias precisam ser ponderadas e previstas, e os respectivos montantes orçados em valor correspondente aos praticados pelo mercado. No caso de aquisição de equipamentos e da contratação de serviços, além das estimativas de seus custos, pode ser necessária a apresentação de orçamentos e de propostas comerciais elaboradas pelos fornecedores em potencial.

Projetos se orientam sempre para um objetivo futuro, por vezes, podem ser tomados como objetos virtuais: portam formulações e resoluções ainda não efetuadas, que possuem potencial de concretização, mas que ainda não foram atualizadas. Aqui nos deparamos com

um paradoxo: projetos muito bem formulados, que já sabem de antemão o que podem atingir e obter, muitas vezes carecem de criatividade e de potencial de inovação; enquanto projetos inovadores e inventivos, se de fato o forem, não podem apresentar de antemão tudo o que podem entregar, pois o que vão entregar ainda não existe, não foi inventado/desenvolvido.

Projetos muito bem formulados e inovadores podem ser tão eficazes em apresentar e disputar a legitimidade de suas propostas, que pouco importará se serão realizadas, podendo importar simplesmente por fazerem acreditar que é possível realizar o que é apresentado – ou, ao menos, fazer acreditar que há algum interesse ou esforço em realizar o que é apresentado. Esse aspecto, abre espaço para especulação e para barganha política; podendo ser usado para ou produzir efeito de neutralização de outras formas de articulação e de mobilização.

Caso essas expectativas geradas em um projeto não sejam correspondidas devido a uma resposta negativa à proposta submetida a uma seleção ou a alguma mudança na entidade responsável pela chamada ou edital, as recusas podem ser atribuídas ou percebidas como responsabilidade dos proponentes ou líderes da elaboração proposta – sejam eles colaboradores externos ou membros da própria comunidade.

Há a fase de elaboração de um projeto, quando suas propostas são concebidas, as etapas planejadas e as negociações entre os participantes são feitas. Há a fase de captação de recursos para sua execução, quando o projeto, em sua forma de proposta, é apresentado e submetido para diferentes tipos de chamadas públicas, de editais e de linhas de financiamento. Há a fase de seleção, quando o projeto pode ou não ter seus pedidos aprovados. Bem sucedido o pedido, há a fase de execução, quando suas propostas são realizadas. Posteriormente, há a fase de prestação de contas, quando relatórios descritivos sobre as atividades realizadas são produzidos para: comprovar o que foi de fato executado; quantificar os produtos resultantes; e justificar o correto emprego dos recursos materiais e financeiros. Não são raros os casos nos quais, para as instituições financiadoras, este último ponto acaba sendo o mais importante.

Toda a parte anterior à execução do projeto pode não ser considerada como trabalho ou como parte do projeto, mas, sim, como uma espécie de investimento – ou talvez fosse melhor mesmo chamar de aposta. E em geral o é. Somente após a aprovação de uma proposta para captação de recursos e do provimento dos recursos é que se considera que o trabalho de

execução do projeto começa a ser realizado. O trabalho de elaboração e de concepção de projetos tem, portanto, grandes chances de tomar a forma de trabalho não-pago.

É claro que quando as propostas são aprovadas e o projeto é executado, espera-se ser recompensado pelo investimento inicial. No mínimo, com uma posição na equipe de execução, de gestão ou de acompanhamento dos trabalhos. E, nessa condição, projetos tendem a remunerar melhor do que o trabalho de pesquisa acadêmica – ainda que por períodos de duração inferior. Quando as propostas não são aprovadas, o trabalho inicial, a não ser que possa ser aproveitado em outras propostas, é perdido. Mesmo quando se acumula uma considerável experiência ou um acervo de materiais produzidos para as propostas anteriores, sempre será necessário algum trabalho adicional de adaptação ou de correção para que uma nova proposta seja elaborada.

Prestar contas, relatórios, orçamentos, editais, prazos: a forma-projeto constitui-se como tecnologia e como linguagem que estrutura um campo de possibilidades. Trata-se de um conhecimento complexo que, por vezes, se converte em uma barreira para participação de populações tradicionais e de populações marginalizadas em geral. Uma barreira tão grande a ponto de inviabilizar ou de imobilizar iniciativas. Inviabilizar, no sentido da falta de domínio dessa linguagem constituir uma barreira impossível de ser transposta, fazendo com que os coletivos e comunidades não preparados se sintam ou fiquem excluídos de antemão da própria possibilidade de participar. Imobilizar, no sentido de neutralizar as energias criativas de uma iniciativa que, muitas vezes, precisam ser mobilizadas e direcionadas para lidar e para administrar o diálogo institucional – e a racionalidade técnica que este diálogo enseja – com a entidade financiadora em detrimento de serem aplicadas na execução de atividades fim do projeto. As implicações em relação a esse ponto são ainda mais severas quando há exigência de mediação ou da constituição de uma associação juridicamente constituída.

Projetos possuem prazos, por isso exigem-se cronogramas com datas para início e fim de cada uma de suas atividades; inclusive para o fim do próprio projeto. O prazo sempre seguirá a lógica e as vicissitudes da entidade financiadora ou responsável pela concessão. Nem sempre serão respeitados os prazos inicialmente previstos para responder a uma solicitação, ou mesmo para prover os recursos comprometidos. Nem sempre essa lógica será compatível com as temporalidades das comunidades tradicionais, seja em relação a rituais ou

atividades sazonais, seja em relação a outras formas de organização e de decisão. Porém, serão sempre implacáveis na hora de cobrar os prazos estabelecidos ao proponente. Repasses podem atrasar; propostas, relatórios e prestação de contas, não.

Propostas são consideradas consistentes na medida em que demonstram grande capacidade de enquadrar e de resolver problemas específicos e quantificáveis. Projetos tendem, por isso, a se orientar no sentido de questões específicas e delimitadas, ao invés de temas gerais. A essa tendência de orientação à especificidade e à objetividade, soma-se a compartimentação de campos possíveis de atuação: cultura; comunicação; saúde; geração de renda; educação; tecnologia; etc. Ambos aspectos acabam acarretando uma individualização dos problemas enfrentados ou dos objetivos almejados: como que um corte em relação a contextos mais amplos e às relações subjacentes que se conectam ou mesmo que atravessam os problema propostos para resolução. A implicação é a fragmentação das demandas e das soluções, que passam a ser construídas e enfrentadas como objetos isolados. Fora isso, qualquer proposta que relacione mais de um dos campos citados, como um trabalho que vincule tecnologia e educação, ou comunicação e meio ambiente, corre o risco de não-enquadramento, por não ser reconhecida como adequada a nenhum dos campos separadamente – mesmo que suas proposições sejam legítimas e pertinentes.

3. Projeto como linguagem para políticas públicas

Na última década, mais precisamente durante o governo Lula, a forma-projeto se converteu em uma linguagem para a mediação de políticas públicas. Se não para todos os setores, certamente para as áreas da Cultura, do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Tecnológico. Nestes casos, projetos são sempre estruturados a partir de parâmetros estabelecidos em editais e em chamadas públicas. Por um lado, o Estado deixa de controlar diretamente a execução de programas e de ações, reservando-se ao trabalho de definir as diretrizes e os parâmetros para as propostas, de selecionar as propostas e seus executores, e de fiscalizar a execução bem como a prestação de contas. Por outro lado, quem não formula uma proposta, quem não aceita esta forma de mediação ou quem não domina esta forma como linguagem, fica excluído de seus benefícios.

Em relação ao primeiro aspecto, de fato há um potencial de aumento da participação da sociedade civil e das comunidades na resolução de seus problemas, além de um positivo reconhecimento, por parte do Estado, de que a sociedade civil e as comunidades são interlocutores legítimos e ativos para a implementação de direitos e de políticas públicas. Contudo, o outro aspecto destacado no parágrafo anterior permite que, na ausência do Estado, ou diante de uma demanda por serviços públicos e por direitos inexistentes ou pendentes, a sociedade civil e as comunidades sejam obrigadas a se mobilizar não para a formulação e para a expressão desta demanda enquanto uma demanda política ou social legítima, mas para a formulação de um projeto: uma proposta estruturada segundo determinados parâmetros e segundo uma linguagem técnica. Abre espaço, portanto, para que a sociedade civil e as comunidades sejam responsabilizadas por seus problemas ou por sua condição de exclusão, uma vez que a não resolução destes passa a ser considerada como o resultado de sua incapacidade de se mobilizar para angariar (conquistar) recursos.

Parece haver uma pedagogia implícita nessa passagem para a exigência da formulação de projetos ao invés da formulação de demandas políticas, que implica numa despolitização ou numa neutralização da política como forma para o diálogo entre sociedade e Estado. No lugar da política como linguagem para expressar demandas, diferenças e mesmo conflitos, entra em cena a forma-projeto. Portanto, ao invés da expressão de um problema ou de uma necessidade social, é preciso apresentar sua formulação acompanhada da justificativa de sua pertinência e de estratégias para sua resolução. De certa forma, a política é substituída pela linguagem da tecnocracia.

Se a seleção das propostas basear-se somente na consistência técnica apresentada no projeto, os grupos que tiverem mais recursos para dominar e mobilizar a linguagem de seleção serão, sempre, privilegiados; mesmo quando houver demandas mais urgentes. Dessa forma, recursos públicos tendem a se concentrar nas regiões em que há maior concentração de profissionais e de técnicos familiarizados e experientes no manejo da forma-projeto e do diálogo burocrático e institucional.

Nessa mesma direção, é possível notar também o surgimento de um tipo de profissional especializado na formulação de propostas e/ou na sua execução; profissionais que dominam a linguagem necessária para decifrar e acessar o *mapa da mina de recursos públicas*

(OLIVEIRA 2003, p.147). Chico de Oliveira formula a expressão que tomo emprestada para se referir a trabalhadores e ex-sindicalistas convertidos em operadores de fundos de pensão ou que atuam em cargos de poder da administração pública, enfatizando o disparate entre a atuação resultante e os supostos interesses de classe que deveriam representar e defender⁷. Aqui, extrapolo um pouco a formulação original, pois considero a ideia de “*mapa da mina*” forte e pertinente para ilustrar a dimensão operatória, ou o funcionamento, da forma-projeto enquanto linguagem para execução de políticas públicas: sem o “mapa”, isto é, a experiência e o conhecimento necessário para decifrar os parâmetros, os perfis e os objetivos que são valorizados em uma determinada chamada, não há eficácia.

A noção de “*mapa da mina*” também é valiosa para apontar um efeito de conversão de políticas públicas em mercado: recursos públicos são conquistados não por direito e/ ou por necessidade, mas por uma meritocracia fundamentada no domínio de um conhecimento técnico que não é igualitariamente distribuído entre os diversos setores da sociedade.

No tocante à participação da população e da sociedade civil na execução de políticas públicas, um fator que destaquei há pouco como um efeito positivo da opção do Estado pela forma-projeto como mediação, merece uma ressalva. Se, por um lado, a formulação de propostas e a execução passa para a sociedade civil, por outro, a fragmentação das demandas – tal como apontamos no item anterior – acarreta também uma fragmentação das lutas. Dessa forma, ao invés de, por exemplo, os povos indígenas se unirem, mesmo que somente em suas regiões, para exigirem a implementação de seus direitos de maneira coletiva e abrangente – ou seja, estendível a outros grupos que compartilham de uma condição semelhante, mesmo que não tenham participado de uma mobilização específica –, cada grupo é levado a se organizar individualmente, a elaborar suas propostas específicas e a constituir sua própria rede de apoio técnico. Essa fragmentação chega a ocorrer até mesmo internamente, fazendo com que grupos pertencentes a uma mesma etnia, e até mesmo habitando uma mesma T.I. em diferentes aldeias. Ou seja, o que chamei de fragmentação da luta, além de desfavorecer mobilizações abrangentes, faz como que aqueles que poderiam se reconhecer como iguais se reconheça e se tornem concorrentes.

⁷ No caso, o contexto é o do primeiro semestre de Governo Lula, quando o que chamava a atenção de maneira chocante era a continuidade entre as políticas econômicas e o próprio modo de fazer política, do novo governo, com o anterior.

Por fim, é válido destacar mais um aspecto. Fundamentada em um linguagem oriunda do direito, do mercado e da gestão de produção, a racionalidade técnica da forma-projeto tende a não reconhecer os conhecimentos tradicionais, suas formas e seus portadores, uma vez que privilegia conhecimentos, ofícios e carreiras formais e, sobretudo, escolaridade. As consequências são facilmente visíveis em aspectos ligados à remuneração, no que diz respeito tanto ao pagamento de salários quanto de diárias. Desse modo, um técnico recém-formado em nível de graduação pode receber mais do que uma liderança com décadas de atuação, ou que um caçador habilidoso que conhece profundamente a mata, ou que uma parteira experiente, ou que um poderoso pajé. Este não-reconhecimento é mais complexo quando implica na deslegitimação dos modos específicos de produção de conhecimento, naquilo que concerne às suas formas de objetivação, transmissão e de aprendizado.

4. Precarização do trabalho acadêmico; trabalho informacional precário; colaboração

No início do texto apontei que a realização de projetos cada vez mais pode ser entendida quase como um pressuposto ou como uma contrapartida necessária para a realização de pesquisa etnográfica. As razões por parte dos povos tradicionais são compreensíveis e legítimas: visam reverter ou, no mínimo, amenizar a sensação de que não há um retorno satisfatório ou adequado diretamente resultante de pesquisas que, após o estágio de campo (geralmente associado à ideia e à prática da coleta de dados), são inteiramente realizadas nos espaços acadêmicos, gerando produtos em formatos exclusivamente acadêmicos. Já em relação ao trabalho acadêmico, observamos que é importante destacar a ocorrência da precarização de suas condições de realização. Não que os projetos não informem atividades ricas e estimulantes, repletas de aprendizados profissionais e pessoais; nem que não forneçam materiais e dados valiosos para etnografia. O ponto é que há um acúmulo de funções que, a despeito de ser muito útil para as instituições, não é remunerado, nem reconhecido como um trabalho em si, mas como uma sub-atividade.

Interessante notar que há uma convergência entre o regime de acúmulo de funções e de atribuições sob o signo da precarização e o que podemos chamar de regime de *accountability* que impera no meio acadêmico. Projetos contam pontos nas inesgotáveis tabelas e planilhas de avaliação de produtividade; captam recursos que também são aplicados

nas instituições, “complementando” o orçamento para atividades fim; geram produtos contabilizáveis. Apenas esse último ponto, já seria suficiente para estimular estudantes e pesquisadores a se engajarem em projetos, dado que o fetiche do produtivismo é tão potente que nos faz acreditar na ilusão de que a chave para vencer a concorrência com os pares ou consigo mesmo – no caso daqueles submetidos à avaliação por pontuação ou a metas de produtividade – está nos números, na quantidade.

Além disso, há também o aspecto de que esse tipo de atuação entrega um tipo de resultado que é muito caro às universidades, pois o que seriam produtos colaterais de pesquisas de campo, podem ser convertidos e contabilizados como extensão universitária. Tais produtos podem, portanto, ser apresentados ou contabilizados como um benefício proporcionado pela universidade às comunidades na forma de aplicação social de conhecimentos científicos, mesmo que não tenham contado com nenhum apoio intencionalmente voltado para sua execução como tal.

Para além do universo da academia, é preciso encarar as implicações da forma-projeto como meio de trabalho. Aqui, interessa sobretudo enfatizar que, mais do que a precarização de um regime de trabalho mais ou menos estruturado, como o acadêmico, a esta forma corresponde um regime de trabalho que, de saída, é precário e que, pelo tipo das relações que lhe são inerentes, não pode ser outra coisa.

Nesse sentido, o primeiro ponto que destacamos é que o pressuposto do trabalho em projetos é seu caráter temporário, configurando uma espécie de trabalho por empreitada – em alguns casos, o pagamento é até realizado sob a forma de diárias. Outro, como foi abordado na seção anterior, é a combinação inevitável de atividades remuneradas com atividades não-remuneradas. Essas duas características, fazem com que o trabalho seja geralmente realizado como prestação de serviço, sem gerar vínculos legais ou responsabilidades maiores entre as partes. Isso quando não ocorre como uma forma de ativismo.

Nesse ponto, cabe nota ao fato de que esse é o caso, principalmente, de atividades que podem ser identificadas como trabalho informacional, ou seja, que mobilizam conhecimentos e habilidades baseadas em tecnologias digitais e que envolvem gestão e processamento de informação e de linguagem, e a construção e o estabelecimento de relações interpessoais. Atividades que não só são fundamentais como são centrais para a realização de projetos,

principalmente os que envolvem oficinas; cursos; treinamentos; geração de produtos audiovisuais; ativação de redes; e, apropriação de tecnologias e de linguagens. Entretanto, seria um equívoco afirmar que a forma-projeto inaugura esse tipo de relação. Considero que o mais correto é afirmar que ela se aproveita e que pega carona – retroalimentando – aquela que parece ser a lógica contemporânea do trabalho, que foi descrita de maneira crítica e potente pelos teóricos do trabalho imaterial (Cf. LAZZARATO 2001).

Esta condição precária não é mantida por imposição e será mais eficaz quanto mais for desejada, gerar identificação com os produtos resultantes ou for percebida como diversão ou mesmo como liberdade. Não é à toa que um termo aparece de maneira muito recorrente para designar o tipo de relação estabelecida entre os membros e também entre as instituições que se envolvem e se articulam para a realização e para a concepção de projetos: *colaboração*. Colaboração, em seu sentido estrito, significa *trabalhar junto* e seu uso corriqueiro abarca também o sentido de auxílio, de ajuda. Entre as relações de trabalho e de ajuda/auxílio que a colaboração informacional comporta há uma margem de ambiguidade, uma zona cinzenta, que é estrategicamente utilizada para confundir estes dois regimes distintos e, assim, destituir as atividades realizadas de sua conotação de trabalho: fazer o trabalho se tornar não-trabalho.

5. Apropriação da forma-projeto

Para concluir a reflexão esboçada neste texto é preciso considerar o que mencionei como potencial de caráter marginal que há na forma-projeto e que justifica o interesse das populações tradicionais em realizar projetos e em se apropriar desta forma para coordenar suas colaborações, ações e planos. A importância desta consideração consiste no reconhecimento de que a forma-projeto proporciona uma maior margem de agência para que essas populações subvertam a chave colonial e moderna da produção de conhecimento, na qual seus saberes são necessariamente objetificados.

Obviamente, este potencial emancipatório dos projetos não é automático, tampouco simples. Para que ele seja efetivo, arrisco que dependa de dois fatores, os quais não precisam ser concomitantes: 1) é preciso que a comunidade realize uma verdadeira apropriação da forma-projeto enquanto tecnologia, ou seja, que se aproprie do conhecimento sobre seu funcionamento e sobre como aplicar esse funcionamento; ao invés de apenas incorporar a

forma como modelo a ser reproduzido; 2) é necessário o desenvolvimento de uma linguagem para colaboração que a restitua seu significado radical, *trabalhar junto*, qualificando-o.

A apropriação, tal como definida, pode garantir um uso estratégico da forma-projeto, que será aplicada para iniciativas pontuais, estando estas, por sua vez, inseridas em planos mais amplos que, ao invés de fragmentar, integrem tanto a percepção dos problemas quanto as resoluções possíveis, a contextos e estratégias mais abrangentes.

Já a colaboração restituída de seu significado radical é determinante em relação ao modo como são constituídas as alianças com pesquisadores externos e, no limite, até mesmo com instituições. O que importa no *trabalhar junto* é o *junto*; ou seja, a qualidade da relação que é constituída.

Um exemplo consistente da apropriação da forma-projeto aparece em um texto de Ailton Krenak (1988)⁸ produzido no final dos anos 1980, no qual apresenta o Projeto Jaburu, um projeto piloto realizado pelo Núcleo de Cultura Indígena na Terra Indígena Pimentel Barbosa. O projeto em si, o qual foi elaborado a partir de um sonho de um ancião Xavante que hoje habita a aldeia Wede´rã, aparece como uma experiência em meio a um amplo programa de formação e de apoio a pesquisas *das* comunidades indígenas (IDEM p.11). O programa estabelece um conjunto de ações para o Cerrado, Amazônia e sua faixa de transição e é voltado para recuperar áreas de terras indígenas recém demarcadas que haviam sofrido com a exploração econômica antes da demarcação e também enfrentar os problemas causados pela destruição do entorno de terras indígenas pela expansão da atividade econômica. Além da preservação e recuperação ambiental, propunha uma “*atualização tecnológica*” dos conhecimentos tradicionais das comunidades envolvidas, a qual seria conduzida por meio de intercâmbios com universidades e com centros de pesquisa⁹ para a formação de pesquisadores indígenas.

Para além da solução de problemas pontuais e do envolvimento das comunidades locais diretamente articuladas à experiência, há o objetivo explícito de influenciar políticas públicas do governo para outras áreas indígenas da região de atuação, assim como para as outras áreas de abrangência do programa, e possibilitar o repasse dos conhecimentos e práticas produzidos e atualizados para as populações regionais não-indígenas. Ou seja, não só

8 Texto disponível em: <http://www.wederalab.blog.br/?p=191> .

9 Segundo informações do texto comentado, a Universidade Católica de Goiás foi a primeira parceira.

não ocorre a fragmentação ou especialização de propostas e objetivos como há a radicalização de uma proposta de diálogo que, no limite, busca incluir inclusive aqueles que são parte do problema que se busca evitar e reverter.

O Projeto Jaburu propunha a recuperação de áreas de Cerrado que haviam sofrido com a exploração econômica antes da demarcação da T.I. Pimentel Barbosa articulada ao monitoramento e à gestão de seus recursos de caça. Para isso, previa o desenvolvimento de uma nova tecnologia de manejo destes recursos a partir do encontro dos conhecimentos tradicionais locais com tecnologias e com conhecimentos técnicos do branco. Entendia-se que esta nova tecnologia era portadora de um valor para a comunidade indígena que era também estendível aos próprios brancos que davam, e continuam dando, claro sinal de não saber gerir os recursos que exploram. Mesmo que a experiência não tenha sido plenamente bem sucedida – talvez por sua complexidade, ousada, pelo momento histórico em que foi concebida ou até por se orientar para um objetivo quase impossível, transformar o branco – é interessante notar o modo como continua reverberando como um exemplo ou mesmo modelo para os projetos realizados pelos Xavante desde então: sempre remetidos a uma estratégia maior de mediação com os *waradzú* – os brancos, o mercado e o Estado – que, muitas vezes, nem chega a ser enunciada durante a realização das atividades pontuais de cada projeto ou até mesmo aos seus parceiros e colaboradores externos¹⁰.

No tocante ao segundo fator apontado, entendo que qualificar a colaboração não se resume ao estabelecimento de uma forma de diálogo pautado no respeito, tampouco de laços de amizade e de afeto, mas de um esforço de interlocução e mesmo de aliança que levem os diferentes conhecimentos e modos de conhecer articulados em uma dada iniciativa a seus respectivos limites e ao limite respectivo da própria relação. Nesse ponto, o que resta e o que interessa é a própria relação, ou seja, aquilo que conecta e que atravessa os termos relacionados, fazendo-os convergir e, no limite, transformando-os.

Como no caso do projeto do filme que citei no início do texto, o projeto foi eixo de convergência da relação entre antropólogo e a comunidade junto a qual trabalhava; e atuou

10 No artigo de Laura Graham elencado na bibliografia deste texto, a autora chega expressar certa perplexidade com a despolitização dos conteúdos de performances de dança realizado na forma de projetos culturais em parceria com instituições como o SESC-SP. Perplexidade que só é amenizada quando identifica as performances como articuladas ao que chama de uma estratégia de “reconhecimento existencial”.

como meio de captura e de mobilização de uma equipe de 5 pessoas, de meios e de recursos, para um objetivo de difícil enquadramento na forma-projeto: o pagamento de uma promessa.

O filme não foi realizado, aparentemente devido à falta de recursos. Porém, o mais importante era mesmo o pagamento da promessa. O que só ficou claro no desenrolar da própria relação estabelecida entre antropólogo, equipe e a comunidade¹¹.

Em abril de 2015 retornei à REAJ para realizar atividades vinculadas a outro projeto (CAMINATI; DINIZ 2015)¹². No primeiro dia em Marechal Thaumaturgo, município onde a reserva está localizada, reencontrei, ao acaso, meu anfitrião na Aldeia Bom Futuro. Conversamos rapidamente, pois ele se preparava para viajar para a capital do estado. No entanto, nosso rápido reencontro foi o suficiente para que outros membros de sua comunidade soubessem da minha presença na cidade. Em outro momento, um de seus primos, me interpelou com um novo convite para uma visita, o qual, dessa vez, devido ao cronograma apertado, não pude aceitar. Informou-me que a comunidade havia, nesse meio tempo, constituído uma associação e que haviam realizado alguns projetos. Porém, ainda lhes faltava um elemento que consideravam fundamental para estruturar esse tipo de atuação. Senti que receberia um novo convite para um *projeto*, mas dessa vez foi diferente. Ele disse que estavam a procura de um bom *cachorro de caça*, daqueles que se sabe que, quando acompanham a ida à mata, “*não se volta sem carne*”. Convidou-me para ser o cachorro de caça para ir atrás de recursos para projetos.

Nos quase 7 anos que separam as duas situações, há uma mudança que merece consideração nos termos dos convites. Um cachorro de caça, por mais que não receba o tratamento amoroso e humanizado dos *pets* urbanos, estabelece com seus companheiros humanos uma relação que precisa ser cultivada e cuja eficácia é pontuada por sintonia e por obrigações recíprocas. Um cachorro de caça é um animal de trabalho com o qual se compartilha trabalho: o cachorro sabe o que deve fazer e há complementariedade entre as funções desempenhadas, inclusive para o processamento fino de informação – seja na identificação de rastros ou na execução de diferentes formas de acoessar e de vencer uma presa. Novamente o interesse era em estabelecer e em desenvolver uma relação. Dessa vez

11 Ainda que parte da equipe do projeto não tenha ficado muito satisfeita com essa resolução.

12 Dessa vez com o trabalho no projeto já encarado como campo para pesquisa etnográfica.

por meio de uma enunciação mais precisa quanto à qualidade e a complementariedade das funções a serem executadas por meio dela.

Bibliografia

- CAMINATI, Francisco A.; DINIZ, Rafael. Rede Fonias Juruá: tecnologia, território e cultura para além da última milha da Rede Mundial. In: Anais do III Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura [Recurso Eletrônico]. Crato/CE: Universidade Federal do Cariri. v. 1. p. 84-93. 2015
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-22, Abr. 1998.
- GRAHAM, Laura. Image and instrumentality in a Xavante politics of existential recognition: The public outreach work of Eténhiritipa Pimentel Barbosa. *AMERICAN ETHNOLOGIST*, Vol. 32, No. 4, pp. 622 – 64, 2005
- INGOLD, Tim. That's enough about ethnography! *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 4 (1): 383–395, 2014
- KRENAK, Ailton. Tradição Indígena e Ocupação Sustentável da Floresta. *Terra Livre*, 6, p. 9-18, 1989
- LAZZARATO, Maurizio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEAL, Samuel. Poder de criação: o uso social do vídeo em contexto xavante. 171 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- LOPES DA SILVA, Aracy. Novos tempos, velhas histórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – VOL. 14 No 40*, p. 166-169, 1999
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista / O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003
- POSTIGO, Augusto de Arruda [et al.]. Atlas histórico do Rio Bagé (1907-2006). Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, Abr. 2002 .